

Ana Margarida Fonseca

Instituto Politécnico da Guarda

Silêncios do Império – representações da identidade cultural portuguesa nas entrelinhas da descolonização

Numa análise panorâmica da ficção narrativa portuguesa das últimas décadas, tem-se registado uma escassa presença tanto da experiência dos colonizadores em África como das mudanças ligadas à descolonização. De certo modo, poder-se-á afirmar que a literatura tem calado a representação das consequências da perda do Império, na mesma medida em que a própria sociedade portuguesa, como observou Eduardo Lourenço, se vem comportando como se “em nada nos afectasse o regresso aos estreitos e morenos muros da ‘pequena casa lusitana’ ”.¹

É, certamente, de um trauma que falamos, e por isso se compreenderão os muitos silêncios que percorrem uma sociedade pouco à-vontade com a memória do fracasso, apesar das três décadas que nos separam da descolonização e do entusiasmo com que o país, evitando o Atlântico, se precipitou para a Europa. Ainda assim, observe-se a crescente atenção que a literatura da guerra colonial tem merecido – a um *corpus* significativo, somam-se importantes estudos que estabelecem a ligação entre a análise das obras e a repercussão da experiência da guerra sobre a identidade nacional portuguesa.² Contudo, insistimos nós, estas “narrativas do regresso”, como lhes

¹ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português* (Lisboa: Dom Quixote, 1988), p. 38.

² Para além de uma quantidade considerável de artigos e ensaios, refiram-se dois trabalhos de fundo sobre a literatura da guerra colonial: Rui Azevedo Teixeira, *A Guerra Colonial e o Romance Português* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998) e Margarida Calafate Ribeiro, *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo* (Porto: Edições Afrontamento, 2004). Em ambas as obras se poderá encontrar uma extensa bibliografia quer de textos literários sobre a guerra colonial quer de estudos críticos sobre os mesmos.

chama Margarida Calafate Ribeiro,³ só marginalmente fazem alusão àqueles que, com o ambíguo estatuto de colonos/emigrantes, permaneceram em África durante o crepúsculo do domínio imperial, dela sendo despejados de forma abrupta, na sequência do processo de descolonização.

Eduardo Lourenço denuncia a incomodidade provocada pelas sobras humanas do Império, a qual terá motivado, sugerimos nós, um desejo de apagamento da sua existência:

Estranho “império” terá sido o nosso e mais estranho povo para que tendo, de súbito, parecido ter perdido a alma da sua alma pareça sobretudo ter ficado chocado com a invasão-enxurrada das pedras vivas dessa imperialidade, amontoadas ao acaso no Aeroporto da Portela. (Pequena porta, portaló de espécie particular para recolha do lixo imperial.)⁴

Na verdade, as condições em que se processava o regresso dos portugueses das colónias, à mistura com muitos africanos, constituía um agudo testemunho do fracasso quer da ocupação imperial quer, sobretudo, da retirada dos territórios colonizados. O abandono das colónias assumia a forma de uma fuga e não de uma restituição digna da soberania aos povos africanos – uma dignidade exigível tanto para estes como para os que deixavam grande parte das suas vidas para trás. De resto, importa recordar (embora não seja propósito deste estudo desenvolver essa perspectiva) que os portugueses das colónias sempre tinham sido olhados como “portugueses de segunda”, os “pretos dos outros” para usar a expressão de Isilda, protagonista de *O Esplendor de Portugal* de António Lobo Antunes.⁵

³ Margarida Calafate Ribeiro, *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo* (Porto: Edições Afrontamento, 2004), p. 253.

⁴ Eduardo Lourenço, *op.cit.*, pp. 38-39.

⁵ Esta questão foi já por nós desenvolvida em anteriores ensaios, como por exemplo: “Identidades impuras – uma leitura pós-colonial de *O Esplendor de Portugal*” in Eunice Cabral, Carlos J. F. Jorge, Christine Zurbach (org.), *A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes. Actas do Colóquio Internacional da Universidade de Évora* (Lisboa: Dom Quixote, 2003) e “Espelhos quebrados – representações do colonizado em *O Esplendor de Portugal* de António Lobo Antunes”, Anthony David Barker (coord.) *The Power and Persistence of Stereotyping. O Poder e a Persistência dos Estereótipos* (Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 2004).

Segundo julgamos, a mencionada ausência dos colonos e dos retornados da literatura portuguesa, em contraste com uma produção ficcional relativamente abundante sobre a guerra colonial, está relacionada com o facto de nos estarmos a referir a um *corpus* onde as dimensões do testemunho e da memória são fundamentais. Tal como tem sido profusamente analisado em trabalhos recentes – e referimo-nos, em especial, à obra de Margarida Calafate Ribeiro *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, a literatura da guerra colonial começa por cumprir “uma função essencialmente individual e terapêutica”,⁶ ao permitir a narrativização de experiências traumáticas por parte de quem tinha combatido na guerra ou a tinha acompanhado de muito perto. Posteriormente, e ainda segundo Margarida Ribeiro, surgem textos que

ultrapassam o carácter meramente testemunhal de uma realidade vivida para, a partir dessa experiência, elaborarem uma reflexão mais ampla sobre o vivido, num sentido individual e colectivo.⁷

É na dificuldade de acesso a uma voz narrativa directa que poderá residir parte da razão para a escassez de produções ficcionais onde os colonos/emigrantes assumam o protagonismo. É certo que as obras sobre a guerra colonial apresentam, com alguma frequência, elementos sobre a presença dos portugueses em África, no duplo papel de emigrantes (força de trabalho) e colonos (agentes do domínio). Contudo, nestes casos, essa representação será sempre marginal e mediada por uma consciência-outra: a do combatente português ou a dos que lhe que eram próximos.

Por outro lado, não poderemos ignorar que a própria sociedade portuguesa, integrou com mais facilidade alguns “regressados” do que outros. Na verdade, se num extremo da receptividade poderemos situar os exilados políticos, acolhidos como heróis no pós-25 de Abril, no outro extremo encontram-se precisamente os retornados, sobre os quais recaiu um certo embaraço. Entre uns e outros estarão os ex-combatentes que, apesar de tudo, tinham à sua espera na maioria dos casos algumas estruturas sociais estáveis – uma família, um grupo de colegas ou amigos, uma aldeia ou bairro, uma profissão.

⁶ Margarida Calafate Ribeiro, *op.cit.*, p. 248.

⁷ *Idem*, p. 249.

Pelo contrário, os retornados chegaram quase sempre com o mínimo de bens materiais, a um país que muitos desconheciam, sem referências familiares ou ligações a um espaço concreto. Chegavam como “subproduto” de um acontecimento histórico objecto de comemoração para o povo português – a descolonização, com o conseqüente fim da guerra colonial. Esta dualidade, consideramos nós, contribui de forma muito significativa para a dificuldade de ouvir a voz destes homens e mulheres. Com efeito, a guerra colonial foi claramente assumida como uma experiência traumática – um erro da História – não só no plano individual de cada um dos combatentes, mas também no plano de uma nação que mandava os seus homens matar outros homens. A descolonização, por seu turno, vinha reparar este erro, estancando a violência da guerra e da exploração colonialista, pelo que é natural que fosse vista como uma consequência positiva da recém-conquistada democracia.

Assim sendo, é legítimo concluir que se tornava muito mais difícil abrir um espaço para as narrativas traumáticas dos retornados do que para as narrativas dos que tinham participado, como combatentes ou familiares, na guerra colonial, pela forte razão de que a retirada das colónias era, em si mesma, uma conquista do processo de libertação da ditadura. As palavras de Laurence J. Kirmayer, escritas a pensar no confronto entre a tragédia universal do Holocausto e a tragédia privada do abuso sexual na infância revelam-se, a nosso ver, pertinentes neste contexto:

Trauma shared by a whole community creates a potential public space for retelling. If a community agrees traumatic events occurred and weaves this fact into its identity, then collective memory survives and individual memory can find a place (albeit transformed) within that landscape. If a family or a community agrees that a trauma did not happen, then it vanishes from collective memory and the possibility for individual memory is severely strained⁸

A recusa de conceber a descolonização como um evento que implicou consequências traumáticas também no plano individual, a pessoas concretas

⁸ Laurence J. Kirmayer (1996) «Landscapes of Memory. Trauma, Narrative and Dissociation», Paul Antze, Michael Lambek (eds.) *Tense Past. Cultural Essays in Trauma and Memory* (New York/London: Routledge, 1996), p. 190.

e famílias concretas, poderá ajudar a explicar o silêncio verificado na literatura em relação ao registo da memória dessas “sobras do Império”, em contraponto às narrativas da guerra colonial, que progressivamente foram ganhando expressão na literatura e ensaística. O nosso objectivo passa, assim, por decifrar as vozes que rompem estes silêncios, entendendo-os como contributos fundamentais para a redefinição da identidade portuguesa em consequência da desagregação do domínio colonial africano.

Importa, neste contexto, sublinhar que a memória constitui um instrumento fundamental da definição identitária, quer aquilo a que poderemos chamar a memória “evocada”, que recupera para a ficção os tempos de fim de Império, quer a memória “reprimida”, onde as experiências traumáticas são omitidas e a própria temporalidade sofre um processo de negação. Helena Carvalhão Buescu sublinha esta estreita ligação entre identidade e memória:

é através da actividade da memória que a fixação e a presença da identidade são produzidas, da mesma forma que a capacidade de ‘imaginar’ essa mesma identidade (ou seja, a capacidade de a representar por imagens), mesmo se *in absentia*.⁹

A definição identitária, quer no plano individual quer no plano colectivo, supõe uma temporalidade que permita, simultaneamente, a fixação de imagens e a transformação contínua dessas mesmas imagens. A memória é “condição da transmissibilidade interpessoal e cultural,”¹⁰ ao possibilitar que a identidade seja re(a)presentada através da linguagem humana. Existe, pois, no acto de recordar uma atribuição de sentido que vem modelar as imagens que possuímos acerca de nós próprios e dos outros, transformando-as de modo incessante. O discurso da identidade continuamente faz apelo a um passado cujo acesso se faz a partir de um *eu* ou de um *nós* que entretanto se modificou, e que por isso transforma também essas experiências invocadas. Assim, continua Helena Carvalhão Buescu

⁹ Helena Carvalhão Buescu, *Grande Angular. Comparatismo e Práticas de Comparação* (Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2001), p. 87.

¹⁰ *Ibidem*.

a memória existe como pedra fundadora, já que é através dela que a consciência subjectiva se exprime e constitui – mas também que a consciência histórica, temporal e intersubjectiva, pode ser apreendida.¹¹

A ligação da memória à construção da identidade faz-se, na verdade, através da mediação de “histórias”, ou seja, de narrativas, em sentido amplo. Rejeitando-se o acesso directo ao passado, pois toda a memória é já representação, afirma-se o condicionamento da memória por factores intersubjectivos, como atrás referimos, e afirma-se a importância do estudo das narrativas em diferentes campos do conhecimento: historiografia, psicologia, sociologia, antropologia, entre outros. Excluída fica desde logo uma concepção ingénua da recordação como registo fotográfico de experiências:

memories are not static representations of past events but ‘advancing stories’ through which individuals and communities forge their sense of identity. Or, to put it differently, memories offer heavily edited versions of the self and its world.¹²

Constituindo a literatura, como refere Paulo de Medeiros, um “instrumento privilegiado de anamnese”,¹³ o tempo/espaço da escrita possibilitará, através da recuperação da memória ou, pelo contrário, através da sua ocultação, um questionamento profundo dos problemas identitários que afectam indivíduos e povos. No caso que nos ocupa, e observados os silêncios que recaem sobre a experiência dos colonos/emigrantes portugueses em tempos de fim de Império, interessa-nos a consideração de textos que, contornando a negação voluntária da história, confrontam as memórias desse “lixo imperial” a que Eduardo Lourenço, de forma tão mordaz, se referia. Para tal, consideraremos igualmente as relações existentes entre uma perspectiva testemunhal, não necessariamente identi-

¹¹ *Ibidem.*

¹² Edric Caldicott, Anne Fuchs, *Cultural Memory. Essays on European Literature and History* (Oxford/Bern: Peter Lang, 2003), p. 12.

¹³ Paulo de Medeiros, “Hauntings: memory, narrative, and the portuguese colonial wars”, *Cadernos de Literatura Comparada – I. Para uma Crítica do Discurso Crítico. Narrativa Literária e Identidade* (Porto: Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa), p. 40.

ficada com a memória do autor, e a dimensão histórica, intersubjectiva, que os textos convocam.

Seleccionámos para análise duas obras que, de modos muito distintos, apresentam propostas de leitura da temporalidade portuguesa pós-colonial: *O Esplendor de Portugal* de António Lobo Antunes e *Pedro e Paula* de Helder Macedo. Se, em relação ao primeiro autor, é conhecida a frontalidade com que, em vários dos seus romances, desafia os sonhos e os equívocos imperiais, o segundo constitui uma escolha eventualmente menos óbvia. No entanto, é nossa opinião que os romances de Helder Macedo apresentam uma indispensável reflexão sobre a identidade cultural portuguesa, precisamente na perspectiva da difícil relação entre a leitura do passado e a construção do futuro.

Quer em *O Esplendor de Portugal* quer em *Pedro e Paula*, a memória individual de factos acontecidos assume uma grande importância na construção da narrativa, embora os processos envolvidos sejam substancialmente diferentes. No romance de Lobo Antunes, a narrativa desenvolve-se a partir das recordações que quatro personagens – Isilda e os seus filhos Carlos, Clarisse e Rui – têm dos tempos vividos em Angola e, para os três últimos, da vida em Lisboa a partir do regresso em 1975. O relato de Isilda, que é a mais velha e por isso a detentora da memória mais extensa, alterna em cada parte da obra com o relato de um dos filhos: primeiro Carlos, um mestiço fruto da ligação do marido com uma empregada negra; depois Rui, um epilético a quem escapa a visão “normal” da realidade; finalmente Clarisse, uma mulher carente que vive na dependência do amante casado.

O tempo da narrativa estende-se desde 1978 até à véspera de Natal de 1995, convergindo nesta data os relatos das quatro personagens. Deste modo, a experiência colonizadora é representada com recurso ao testemunho daqueles que a viveram – um testemunho que depende do trabalho subjectivo da memória e que, pela justaposição do discurso dos vários narradores, rejeita uma versão monológica do acontecido. No entanto, se as vozes narrativas são conferidas aos portugueses que viveram em África a condição de colonos e passaram depois da independência à condição de retornados – à excepção de Isilda, que se recusa a regressar, pagando com a vida essa ousadia – poderemos questionar *de quem são* estas memórias que o texto fixa. Se nos referimos a *O Esplendor de Portugal* como uma obra onde a experiência subjectiva é fundamental, qual a ligação entre o

testemunho ficcional das personagens e um eventual comprometimento do autor empírico?

A resposta a estas questões coloca, segundo julgamos, problemas que têm a ver com a dimensão autobiográfica da narrativa ficcional. Referimo-nos, porém, não à autobiografia enquanto género literário específico, mas antes a entendemos na perspectiva proposta por Maria Alzira Seixo para a abordagem dos romances de António Lobo Antunes:

O problema que a autobiografia antes de mais coloca é o de que, em literatura, a subjectividade da escrita acarreta, de forma mais ou menos evidenciada ou mais ou menos subtil, a projecção de uma circunstância efectiva directa, transformada, reelaborada ou contrastiva, que de algum modo aponta para o autor que a escreve. Não se trata, portanto, de introduzir na leitura dos textos reconhecimentos específicos da existência do escritor enquanto factores decisivos de um saber (...); trata-se, antes, de tentar entender um texto a partir do seu modo de evocar e provocar o real (...).¹⁴

Quem escreve (o psiquiatra e escritor António Lobo Antunes) foi combatente em Angola e fez, aliás, dessa experiência matéria ficcional em obras como *Os Cus de Judas*, *Fado Alexandrino* ou *Conhecimento do Inferno*. Ainda que em *O Esplendor de Portugal* a guerra colonial surja apenas em referências marginais ao núcleo narrativo, as vivências do autor em Angola continuam a ser determinantes, numa relação que não se pretende de natureza especular.

Uma dessas experiências, que nos interessa particularmente, diz respeito ao conceito de tempo dos africanos. Em entrevista, o escritor reconhece a influência de uma noção de temporalidade que se afasta da ordem ocidental:

O presente é a única coisa que existe. (...) O que eu tento fazer é misturar aquilo a que se chama passado e aquilo a que se chama presente, e aquilo a que se chama futuro. (...) Isso eu aprendi em África: no sítio onde eu estava, nas terras do fim do mundo (...) o tempo para eles era um imenso presente elástico que continha tudo.¹⁵

¹⁴ Maria Alzira Seixo, *Os Romances de António Lobo Antunes* (Lisboa: Dom Quixote, 2002), p. 475.

¹⁵ António Lobo Antunes, entrevista a Alexandra Lucas Coelho, *Público*, 30 de Janeiro de 2000.

A “lição” aprendida tem repercussões na escrita ficcional pois, como tem sido apontado pelos críticos, a obra de Lobo Antunes está marcada por uma fusão dos planos temporais. A memória, ao recuperar o passado para um presente de fronteiras diluídas, reestrutura o real e confere significações diferenciadas aos acontecimentos e às experiências subjectivas. A seguinte passagem, em que Isilda reproduz os pensamentos do pai, é simultaneamente testemunho de uma alteridade radical – o lúcido reconhecimento da diferença do *outro* – e um subtil apontamento metaficcional, que insinua o tratamento intencionado do tempo no romance:

Porque não entendemos Angola mesmo tendo nascido em Angola, não a terra, a variedade de cheiros, a alternância de cacimbo e de chuva, de submissão e de fúria, de preguiça e violência, Angola, este presente sem passado e sem futuro em que o passado e o futuro se incluem desprovidos de qualquer relação com as horas, os dias, os anos, a medida aleatória dos calendários, quando o único calendário é a chegada e a partida dos gansos selvagens e a permanência das águas crucificadas nas nuvens.¹⁶

A tentativa de representar um presente que englobe *tudo* – quer o passado que se sabe perdido quer o futuro inexistente – não anula a consciência aguda que as personagens revelam da passagem inexorável do tempo. Pelo contrário, o recurso contínuo à analepse enfatiza o peso do *calendário* na vida de cada um dos protagonistas de *O Esplendor de Portugal*, pois é recorrente na sua reflexão a manifestação da angústia pelo envelhecimento, traduzido num cada vez maior sentimento de perda e frustração existencial. Assim, na passagem anteriormente citada, o que se expressa é sobretudo o desejo de atingir a sabedoria da natureza, sabendo-se à partida da sua impossibilidade, e até mesmo uma certa inveja do ritmo africano de viver e sentir, mais harmónico do que a ambição ocidental de dominar o tempo.

Afirmámos, no início desta comunicação, que, no caso das narrativas sobre a guerra colonial, a função catártica da memória atenua nos ex-

¹⁶ António Lobo Antunes, *O Esplendor de Portugal* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997), p. 259. As indicações de páginas a partir deste ponto serão feitas em referência a esta edição.

-combatentes a dor de matar e de ver morrer e, mesmo, uma certa culpa quer auto-inflingida quer implícita no julgamento de quem ficou na metrópole. Em *O Esplendor de Portugal*, a possibilidade da memória é restituída aos colonos, mas os testemunhos consentidos a Isilda e a seus filhos são incapazes de garantir, sobretudo a estes últimos, uma pacificação dos conflitos existenciais que os dominam.

Na verdade, se a não memória significa fundamentalmente a privação da identidade, o que encontramos em Carlos, Clarisse e Rui é a incapacidade de dar um sentido aos fragmentos de passado que contaminam o presente e negam o futuro. O desejo de apagamento das recordações de Angola é comum aos três irmãos,¹⁷ numa recusa voluntária do passado ao qual, paradoxalmente, todas estas personagens regressam de forma obsessiva. Porque irresolvidas, as memórias são a evidência da identidade estilhaçada das personagens: Carlos não consegue aceitar a sua condição mestiça e vive oprimido pelo peso da cor nas relações afectivas com a família e, em particular, com a mulher que lhe tem nojo; Clarisse procura na relação com um amante casado e poderoso as sobras de afecto que lhe devolvam a imagem do pai; Rui, perdido nos labirintos da doença mental de que é portador, tenta sobreviver num mundo de que desconhece as regras.

O desajustamento dos retornados face à ilusão de uma nova vida que os esperaria em Portugal é antecipado por Isilda, que por isso mesmo se recusa a embarcar, obedecendo ao conselho insistente do pai – “não consintas em partir, não saias de Angola, sê bailunda dos americanos e dos russos, bailunda dos bailundos mas não saias de Angola” (p. 256). A lucidez desta personagem, que une os fios não só da sua própria memória como da de outros de quem foi atenta ouvinte – o pai e o padrinho, fundamentalmente – permite a apresentação de uma leitura desenganada do fim do Império, que vai para além do círculo obsessivo observado no relato dos filhos. Aliás, Isilda distingue-se, na nossa opinião, pela capacidade de romper uma

¹⁷ Todas as personagens rejeitam, no plano consciente, a ligação a Angola, o que é contradito pelo centramento da narrativa nas experiências de infância e juventude passadas em África: Rui – “se me alimentar bem e não pensar em África ando fino” (p. 150); Clarisse – “não senti pena de me ir embora de Angola” (p. 275); Carlos – “quero lá saber de Angola, não me falem de Angola deixem-me em paz com Angola há séculos que Angola palavra de honra acabou para mim” (p. 103).

perspectiva marcadamente narcisista, reconstituindo e interpretando os fragmentos da vida colonial que conheceu em termos que transcendem as circunstâncias da sua própria experiência. Não será por acaso que só no seu relato existe uma progressão temporal no que diz respeito ao tempo do discurso, ao contrário dos seus três filhos, cujas recordações têm como origem uma mesma noite de Natal de 1985.

Através da voz de Isilda e do testemunho de Carlos, Clarisse e Rui – quer pelo que contam quer pelo que mostram, vivendo – abre-se um espaço para a denúncia das condições degradantes em que os retornados foram recebidos em Portugal. Clarisse lembra o olhar exótico do médico que os observou para confirmar que não traziam “doenças de pretos”, e que os classifica como “quase brancos” (p. 277). O pronome escolhido pelo médico – “vocês” – não deixa, aliás, qualquer possibilidade de confusão entre os portugueses da metrópole e a “raça detestável e híbrida” (p. 256) que chegava das colónias.

Como estava implícito no conselho do pai, Isilda revela que a colonização não passa da tentativa de estabelecimento de degraus sucessivos de submissão, ocupando os colonos um grau intermédio entre os africanos (que por sua vez dominam os mais pobres) e os “brancos de Lisboa”. A atribuição aos retornados da mesma atitude submissa e suplicante que definia os bailundos expõe da forma mais crua a estupidez de qualquer pretensão imperial, desmistificando o autoconceito de superioridade civilizacional do colonizador:

[os bailundos] não protestando, não revoltando-se, pedindo-nos desculpa da maçada de os castigarmos sem motivo como a gente diante dos brancos de Lisboa arrastando papéis de secretaria em secretaria a pedirmos desculpa de nos roubarem, aceitando esmolas, refeições de miséria, pré-fabricados em escolas, quartéis vazios, antigos palácios de muros apainelados e sem tecto no meio de jardins de arbustos, ervas de acaso, gradeamentos a que faltam lanças, camarachões poeirentos (p. 359).

A imagem de abandono dos locais escolhidos para albergar os retornados corrobora, por extensão simbólica, a imagem de um país decadente, incapaz de integrar aqueles que o fim do colonialismo devolveia. Afinal, as próprias personagens apresentam também elas um envelhecimento precoce, revelado pela ausência de esperança e pela dificuldade do futuro.

Em *O Esplendor de Portugal*, as personagens parecem ser assombradas pela sua própria memória, incapazes de, como se referia acima, se libertarem do peso esmagador do passado. Recordar, para os quatro narradores, representa não um resgate da existência mas um labirinto do qual apenas Isilda parece encontrar parcialmente a saída, pela lucidez cortante que atrás descrevíamos. Deste modo, existe uma correspondência muito próxima entre as dificuldades na definição identitária sentidas por cada uma das personagens e a fixação obsessiva num tempo-espaco transformado em perpétuo presente.

Centrando agora a nossa atenção em *Pedro e Paula* de Helder Macedo, comecemos por salientar que a voz narrativa não é conferida directamente a uma ou várias personagens, tal como em *Lobo Antunes*, sendo antes detida por um narrador homodiegético, que recusa a omnisciência para se instalar no papel de espectador distante dos acontecimentos. Este narrador não é, porém, uma entidade neutra, mero organizador dos acontecimentos conhecidos e adivinhados. Pelo contrário, abundam referências profissionais, literárias e afectivas que fazem o leitor estabelecer uma relação próxima entre o narrador de *Pedro e Paula* e o escritor Helder Macedo – como a informação de que passou a infância e juventude em Moçambique, de que é professor universitário em Londres e autor de várias obras, as alusões aos pais e a amigos, entre outras.

Deste modo, regressamos à questão autobiográfica, ainda que em termos diversos dos de *O Esplendor de Portugal*. As coincidências observadas entre o narrador e a instância autoral, segundo julgamos, deverão ser enquadradas na perspectiva anteriormente mencionada, evitando o estabelecimento de uma relação especular entre autor empírico e narrador. É certo que, neste caso, o narrador provoca o leitor; compraz-se em semear referências que remetem para um mundo extraficcional perfeitamente reconhecível, mas ao mesmo tempo desautoriza uma leitura mimética em numerosos apontamentos metaficcionais. A primeira frase da obra – “o que certamente não aconteceu foi talvez o seguinte”¹⁸ – é já uma síntese da

¹⁸ Helder Macedo, *Pedro e Paula* (Lisboa: Presença, 1998), p. 11. As indicações de páginas a partir deste ponto serão feitas em referência a esta edição.

tensão entre ficção e realidade, tensão essa que se converte na vontade deliberada do jogo em torno de espaços, personagens e intertextos.

O desenvolvimento de uma relação de amizade entre o narrador e Paula revela um grande fascínio pela personagem, incluindo um insinuado interesse erótico. Confessado admirador de Paula desde o início da sua invenção literária, é nela que o narrador investe um posicionamento ideológico extremamente coerente, aproximando-a do autor empírico. Deste modo, concordamos com Teresa Cristina Cerdeira, quando esta observa que a “adesão desviante” com Paula “compromete e trai a história pessoal do narrador”:

a triangulação Paula-Narrador-Gabriel investe também na vertente da autobiografia, de forma muito menos ostensiva da que havia sido utilizada no romance anterior [*Partes de África*], num estilo, digamos, ainda mais metafórico, deslizando, sinuoso, mas nem por isso menos consequente.¹⁹

Paula é, na verdade, o centro da narrativa, a qual pretendia ser apenas “uma simples história simbólica de gémeos antagónicos” (p. 151), sendo esta intenção subvertida pela força das personagens, que escapam às pretendidas “monstrificações emblemáticas” (p. 149). A Paula que poderá ter existido ou não – ou que existiu na medida em que o narrador o quis e ela, como personagem, deixou – acaba por ser, em certa medida, um reflexo autobiográfico do autor/narrador, justificando-se assim o comentário enigmático: “a Paula, bom, mas já disse, já devia ter dado para entender, a Paula a deixar que eu me escreva no que ela fosse” (p. 189).

Ao assinalar o momento em que conheceu Pedro, Paula e Gabriel – o Verão Quente de 1975 – o narrador manifesta a sua condição de participante num momento histórico fundamental no passado recente de Portugal: “eu também lá estive, sou testemunha” (p. 123). A experiência vivida constitui, de facto, a base para a leitura do “contentado tempo português em que agora vivemos os nossos esquecimentos” (p. 151), pois é fundamentalmente através do percurso dos gémeos que se representa um tempo marcado pelas contradições da transição entre o fim do colonialismo e as primeiras décadas de democracia.

¹⁹ Teresa Cristina Cerdeira, *O Averso do Bordado. Ensaios de Literatura* (Lisboa: Caminho, 2000), p. 190.

Deste modo, enquanto em Lobo Antunes as memórias dos quatro narradores-protagonistas reactualizam o passado, quebrando os silêncios do Império, em Helder Macedo são as próprias personagens que se convertem em “metáforas da História” (p. 20), apresentando uma leitura polissémica quer do passado recente quer da contemporaneidade portuguesa. As ambiguidades de um tempo histórico de transição são propostas neste romance como um motivo de reflexão, onde o mais importante é a construção do futuro. Para o autor-narrador, a memória deve ser celebrada, pois, sugerimos nós, só assumindo a falibilidade dos processos históricos se pode escapar às tendências sebastianistas em que o povo português é fértil.²⁰ O fim do livro, baseado numa conversa de Paula com o narrador-autor, constitui uma declaração de confiança no poder construtivo da recordação, pois da escrita se diz ser

a minha homenagem a essa memória, com tudo de ingénuo que teve, de confuso, de errado, de oportunístico, de timorato e de excessivo ao mesmo tempo, de utópico, porque antes disso, antes assim, é preciso não esquecer nunca porque é que o assim de agora não é tão mau como poderia ter sido, meu capitão, meu comandante, meu almirante. (p. 203)

O dialogismo presente nos romances de António Lobo Antunes e Helder Macedo é uma forma de recusa da história autoritária – quer aquela que convertia a aventura imperial na manifestação de um espírito civilizador quer aquela que encerrava colonos e soldados sob o estigma de opressores. Abre-se, assim, espaço para um questionamento da identidade cultural portuguesa, na recusa de maniqueísmos redutores e pela atenção aos testemunhos subjectivos que rompem os silêncios de um tempo sem heróis.

²⁰ Num texto recente, Helder Macedo deixa claro o seu entendimento de que o passado imperial não deve constituir uma presença fantasmática na sociedade portuguesa: “se o modelo imperial europeu de que Portugal foi nação pioneira chegou ao fim e se o neo-imperialismo americano que o substituiu entrou na sua fase belicosa e globalizante, a necessidade de uma ‘boa morte’ e de ‘um corpo bem enterrado’ para os fantasmáticos impérios do passado, como o português, se torna cada vez mais premente. Caso contrário, dado o nosso longo treino sebastiânico, ficaremos com este Romeiro à perna até o fim dos tempos” – “Sonhos imperiais”, JL. *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (17.03.2004).

Numa entrevista, Lobo Antunes reconhecia que “a nossa capacidade de imaginar coincide com as nossas memórias. Sem memória não há fantasia”; enquanto, de forma quase idêntica, Helder Macedo lembrava que “as fronteiras entre a imaginação e a memória são impossíveis de determinar”. Tendo passado ambos os autores por África, o primeiro como médico na guerra colonial de Angola e o segundo como filho de um administrador de Moçambique, as memórias ficcionalizadas do Império reescrevem uma parte importante e frequentemente silenciada do passado português, contribuindo deste modo para uma problematização da identidade nacional que supõe, justamente, a coragem de lembrar e a capacidade de esquecer.

As palavras de Helder Macedo com que concluímos este breve estudo são retiradas da sua primeira obra de ficção, *Partes de África*. Segundo cremos, elas mostram-se luminosas na revelação de como a literatura é indispensável à compreensão do mundo, e de como a identidade – dos sujeitos, dos povos ou das nações – depende desta capacidade de contar a vida. São, por isso, a melhor maneira de explicar como, nas entrelinhas do Império, *O Esplendor de Portugal* e *Pedro e Paula* rompem os silêncios de uma memória envergonhada ou simplesmente negligente, para instaurar a reflexão sobre uma identidade em permanente estado de incompletude.

Como qualquer romancista, contei histórias, verdadeiras e fingidas, sobre gente real e imaginada; e, como qualquer romancista, utilizei a minha própria experiência biográfica para as poder contar no plano fictício onde a imaginação e a memória se cruzam e se fertilizam. (...) Falei sobre um mundo onde a retórica das verdades absolutas levaram a toda a espécie de tiranias e de monstruosidades, mesmo quando bem intencionadas. Mas nunca me esqueci de que estava falando já para outro mundo, para um mundo sem respostas e sem convicções onde equivalentes tiranias e monstruosidades se tornaram em rotinas da indiferença quotidiana. No espaço autobiográfico entre esses dois mundos, a ironia substituiu a inocência, e as interrogações substituíram as certezas.²¹

²¹ Helder Macedo, *Partes de África* (Lisboa: Presença, 1991), p. 203.